



Ministério Público do Estado de Alagoas
Corregedoria-Geral

Procuradoria Geral de Justiça
Promotoria da Fazenda Pública
RECEBIMENTO

em 21 / 07 / 16

NARCANA MONTEIRO
ANALISTA JURÍDICA

Processo nº10.2016.00000056-1.

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DA 16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

- 1) Data da Inspeção: **15/07/2016.**
- 2) Promotor (a) de Justiça Titular: **Marcus Rômulo Maia de Mello.**
- 3) Promotor (a) de Justiça em exercício, no momento da Inspeção: **Marcus Rômulo Maia de Mello.**
- 4) Posse na Promotoria de Justiça Inspecionada: **20/12/2002.**
- 5) Residência na Comarca: (x) Sim () Não
- 6) Endereço: **Rua Senador Rui Palmeira, nº707, apartamento 904, ponta verde, Maceió-AL.**
- 7) Acumula Funções? () Sim (x) Não
- 8) Em caso positivo, especificar a acumulação:
Prejudicado.
- 9) Informe o período de férias nos últimos 12 meses:
Usufruiu férias nos meses de abril e junho de 2016.
- 10) Informe licenças nos últimos 12 meses:
Não usufruiu licença nos últimos 12 meses.
- 11) Horário dedicado ao expediente interno:
De segunda a sexta-feira, das 07:30 às 13:30 horas.
- 12) Há regularidade no atendimento ao público externo? Em caso positivo, especificar:
Atende regularmente ao público, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 13:30 horas.
- 13) Existem Notícias de Fato, Procedimentos Preparatórios, Inquéritos Cíveis Públicos, Cartas Precatórias do MP ou Procedimentos Administrativos em trâmite na Promotoria de Justiça? Em caso afirmativo, quantos?
Sim, existem 02 (duas) Notícias de Fato, 06 (seis) Procedimentos Preparatórios e 06 (seis) Inquéritos Cíveis Públicos.
Não existe Procedimento Administrativo, nem Carta Precatória do MP.

Processo nº10.2016.00000056-1.

14) Exposição, por amostragem, dos Procedimentos Extrajudiciais:

<u>PROCEDIMENTO Nº</u>	<u>TIPO</u>	<u>TAXONOMIA</u>	<u>REGULARIDADE FORMAL</u>	<u>TEMPO TRANSCORRIDO DESDE INSTAURAÇÃO</u> ^a	<u>RESOLUTIVIDADE</u>	<u>AUSÊNCIA DE IMPULSO POR MAIS DE 120 DIAS</u>
PGJ/AL 1.867/2016	Notícia de Fato	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	45 dias	Boa	Não
006/2016	Procedimento Preparatório	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	11 dias	Boa	Não
PGJ/AL 2.309/2016	Notícia de Fato	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	42 dias	Boa	Não
004/2015	Inquérito Civil Público	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Anualmente, há prorrogação, justificada e consequente ciência ao CSMP	5 anos e onze meses	Boa	Não
66/2016	Notícia de Fato	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	Arquivado	Boa	Não
002/2016	Procedimento Preparatório	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	11 dias	Boa	Não
003/202	Inquérito Civil Público	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Anualmente, há prorrogação, justificada e consequente ciência ao CSMP	3 anos e cinco meses	Boa	Não
003/2016	Procedimento Preparatório	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	11 dias	Boa	Não
004/2016	Procedimento Preparatório	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	11 dias	Boa	Não
541/2016	Notícia de Fato	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	Arquivado	Boa	Não
005/2016	Procedimento Preparatório	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	11 dias	Boa	Não
001/2016	Procedimento Preparatório	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	55 dias	Boa	Não

Processo nº10.2016.00000056-1.

15) A Promotoria de Justiça possui livro/pasta/sistema de registro de Portarias de Inquéritos Cíveis Públicos?

Sim, conforme estabelecido no artigo 4º da Resolução 23/2007 do CNMP.

16) Há alguma forma de controle dos prazos dos Procedimentos Extrajudiciais, em trâmite na Promotoria de Justiça? Em caso positivo, especificar:

Segundo o Representante Ministerial, existe um acompanhamento dos prazos dos Procedimentos Extrajudiciais através de um acompanhamento semanal dos referidos Procedimentos, em Relatório Próprio, além do controle nos processos extrajudiciais virtuais.

17) Estrutura física da Promotoria de Justiça:

Funciona em sala da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada na Rua Pedro Jorge Melo Silva, nº79, 1º andar, Maceió-AL.

18) Mobiliário e equipamentos:

Computador	Sim (x)	Não ()
Impressora	Sim (x)	Não ()
Condicionador de ar	Sim (x)	Não ()
Mobília completa (cadeiras/armários/mesa)	Sim (x)	Não ()
Telefone	Sim (x)	Não ()
Internet fixa	Sim (x)	Não ()
Internet móvel	Sim (x)	Não ()

19) A Promotoria de Justiça possui Assessor ou Estagiário? Em caso positivo especificar.

Possui 04 (quatro) servidores, sendo 02 (dois) analistas do MP - área jurídica e 02 (dois) servidores ocupando cargo de confiança na administração do Ministério Público Estadual, todos, atuando na 14ª, 15ª e 16ª Promotorias de Justiça da Capital, sendo que uma das referidas analistas do MP, também, atua assessorando a Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas.

Possui 01 estagiário.

20) Observações e sugestões, apresentados pelo (a) Representante Ministerial, no momento da Inspeção:

Em virtude das atribuições da 16ª Promotoria de Justiça da Capital, com atribuições judiciais e extrajudiciais, em processos e procedimentos de interesse da Fazenda Municipal da Capital, o Promotor de Justiça solicita uma melhor estrutura do corpo técnico, em especial a nomeação/convênio para que haja 01 contador e 01 engenheiro civil, para subsidiar a análise dos procedimentos da sua competência.

Acrescenta a dificuldade no uso do sistema dos processos digitais do Ministério Público Estadual, em especial no escaneamento do grande volume de documentos que aportam na 16ª Promotoria de Justiça.



21) Orientações e providências solicitadas/requisitadas ao Promotor de Justiça, no momento da Inspeção:

De acordo com o Manual das Tabelas Unificadas do Conselho Nacional do Ministério Público, a orientação é no sentido que os Procedimentos Administrativos deverão ser utilizados no acompanhamento de fiscalizações, de cunho permanente ou não; de fatos, instituições e políticas públicas, assim como outros procedimentos não sujeitos a inquérito civil, que não tenham o caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa; em função de um ilícito específico.

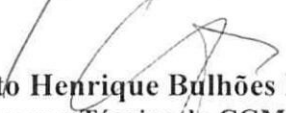
22) Conclusões e providências a serem adotadas pela Corregedoria-Geral:

Deverá ser encaminhado cópia do presente Relatório de Inspeção ao Promotor de Justiça inspecionado, com as orientações constantes no item nº21.

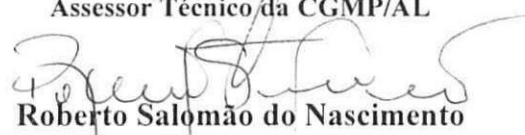
Maceió, 15 de julho de 2016.



Vicente Felix Correia
Corregedor-Geral do MP/AL



Humberto Henrique Bulhões B. P. Nunes
Assessor Técnico da CGMP/AL



Roberto Salomão do Nascimento
Assessor Técnico da CGMP/AL